

A VISIBILIDADE DO SUPOSTO PASSIVO: UMA ATITUDE REVOLUCIONÁRIA DO HOMOSSEXUAL MASCULINO

Trabalho publicado na Revista Mal-estar e Subjetividade, Fortaleza-CE:
Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Vol. VII - n. 1 - mar. 2007

(2007)

Valdeci Gonçalves da Silva

Psicólogo. Professor Titular de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, Especialista em Metodologia do Ensino de 3o. Mestre em Sociologia da Sexualidade

Email:

valdecipsi@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo é uma revisão bibliográfica a respeito da homossexualidade masculina e de sua visibilidade. Com base na referência da masculinidade como construção, procurou adentrar os mecanismos institucionais e culturais que fomentam o preconceito. Neste contexto, atribui-se à conduta homossexual “passiva” uma atitude revolucionária, uma vez que, contrária a maioria, heterossexual dominante e intolerante, esse ator social vivencia a própria singularidade do desejo homoerótico, diante do olhar público, refletidos de trejeitos ou afeminação. O interesse por este aspecto foi despertado pela afirmativa: “O buraco do meu cu é revolucionário”, do francês Guy Hocquengheim (1993), que fez eco com as falas dos michês jovens - cuja virgindade do ânus e o beijo na boca parecem ser preservados a todo custo -, na dissertação sob o título *Faca de Dois Gumes: percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa-PB*, de Valdeci Gonçalves da Silva, mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, 1999. O estudo recorreu aos conceitos de “estigma” de E. Goffman; “deslizamento” de J. Derrida; “singularidade” de F. Guattari; “estranho” de Z. Bauman, e outros. Estes, de uma forma ou de outra, e com as devidas adaptações, ajudaram a esmiuçar as contradições e deturpações forjadas em relação à homossexualidade, em particular, a “passiva”. Uma conduta sexual intrigante que, talvez em virtude da necessidade de investigações, ainda, neste início do século XXI, é discriminada de maneira explícita ou velada. Enfim, constata-se de que sentimento homofóbico se presentifica na pós-modernidade, suscitando a razão da discussão temática aqui proposta.

Palavras-chave: Homossexual passivo, estigma, estranho, deslizamento, singularidade

INTRODUÇÃO

“Se descubro que um de meus jogadores é gay, eu rapidamente me livro dele” (Luiz Felipe Scolari)¹

“O buraco do meu cu é revolucionário” disse o francês Guy Hocquengheim (HOCQUENGHEIN *apud* MOTT. In GUATTARI e ROLNIK, 1993, p. 77). A força transgressora desta afirmativa parece se dever ao fato de que, no seu bojo, traz algo bastante inquietador, uma vez que desloca uma característica política, a revolução, para um outro lugar, ou seja, para um órgão fisiológico, próprio de descarga. Porém, de grande significância erótica, bem como da representação em que se inscreve a conduta do macho. Não que essa parte terminal do intestino por si só seja revolucionário, mas porque exerce a função de divisor de identidades na construção da masculinidade.

O interesse por este trabalho se deve, em especial, à provocação de Hocquengheim, acima citado, que fez eco com a angústia de alguns michês jovens entrevistados para pesquisa de campo da dissertação de mestrado em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Faca de Dois Gumes: percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa² (1999), do autor deste artigo. Para esses atores sociais, a virgindade anal e o beijo na boca são bens a serem preservados a todo custo, em contraste com a postura mais flexível de alguns outros, bissexuais não-michês de mais idade, também sujeitos do tal estudo, de encarar sua prática sexual “ativa” e/ou “passiva”³, sem aparente conflito. A preocupação com o ânus, perpassa, de maneira subjacente ou explícita, não somente as falas desses homoeróticos, nesse contexto da sexualidade negociada ou não. Mas de modo geral, o universo masculino como um todo, considerando que, a intacilidade do mesmo é tida como um símbolo da certeza de ser macho.

O recorte deste trabalho se faz, em específico, sobre a emblemática conduta homossexual “passiva” e da “visibilidade desse estigma”. Por estigma, Goffman (1988) entende os sinais corporais os quais evidenciam o *status* moral da pessoa que o apresenta, a exemplo dos trejeitos que denunciam a conduta homoerótica “passiva”, em vista de que, este ator social vivencia a sexualidade e o modo de estar no mundo, de acordo com a própria “singularidade”. Termo este, entendido por Guattari (1993), como um devir diferencial que se recusa à subjetivação capitalística. Ou seja, o homossexual “passivo” com esta visibilidade não segue os ditames da sociedade que determina uma postura masculina do homem se portar.

A relevância do presente estudo consiste no fato de tentar lançar um pouco de luz na compreensão da conduta homossexual “passiva”, e sua efeminação; assim como de procurar

esmiuçar as razões que levam os segmentos sociais a excluírem e a perseguirem, de maneira explícita ou velada, essa conduta homoerótica. Para este fim, se debruça nos aportes das teorias da Subjetivação, da Identidade Cultural, do Construcionismo, e faz algumas incursões nos postulados pós-estruturalistas de Foucault, Deleuze e Guattari.

O homoerotismo na contemporaneidade

Na Grécia Antiga, se tinha na “pulsão” um único desejo, e este era voltado para o belo (kalos) independente do gênero (FOUCAULT, 1985, CATONNÉ, 2001). O senhor livre da pólis mantinha intercurso sexual com sujeitos de ambos os sexos. Em particular, com o jovem grego amado (erômenos) que era iniciado por um homem idoso, amante (erastes) o qual tinha como norma ensiná-lo a respeito das responsabilidades de cidadão. Assim, verdade e sexo se ligavam no repasse do saber (FOUCAULT, 1993). Portanto, o sexo entre iguais, nesta perspectiva, não era tido como homossexualidade, uma vez que este termo somente foi inventado em 1869, pelo médico húngaro, Karoly Maria Benkert⁴. Porém, outras variantes, a exemplo do contato sexual entre homens adultos da mesma faixa etária, não estava isento de críticas e chacotas. (DOVER, 1994).

Segundo Sullivan (1996), a condenação do homoerotismo não se baseia apenas na tradição filosófica da lei natural do desperdício do sêmen por não gerar filho. Mas na Bíblia Sagrada, pois nenhuma condenação a supera quando a mesma afirma que, “se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram coisa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles” (Levítico, 1993, p. 113. Cap. 20, ver. 13). Neste sentido, Costa (1995) diz que a idéia da homossexualidade, com a conotação de perversão, teve como fonte imaginária as situações de conflitos em relação aos direitos dos cidadãos europeus nas novas sociedades burguesas.

Na ótica de Lipovetsky (2005), a sociedade pós-moderna tem todas as opções, e níveis diferentes que podem conviver sem contradição. Entretanto, Latour (2005) entende que a Constituição é aquilo que ela proíbe ou permite, é em virtude da sua incompreensão para com a produção dos híbridos, ela os elimina. Ou seja, não aceita a diversidade, no caso o homoerotismo, e, por não compreender, procura excluí-lo. Todas as sociedades se caracterizam pela sua permissividade ou pela sua repressão. Assim sendo, em razão dessa ambivalência, Latour diz que jamais fomos modernos, portanto, o pós-modernismo não é uma evolução, mas um sintoma, uma vez que ainda não chegou, em relação a essa questão, a um estágio de coerência ou equilíbrio.

A ambivalência é, no compreender de Bauman (1999), produto da prática moderna, que se esforça para dar ao mundo uma estrutura: manipular, limitar ou eliminar a casualidade dos eventos. Ela não resulta da patologia ou do discurso, mas, de um aspecto da prática lingüística, cujas funções são nomear e classificar. A soberania do Estado moderno consiste no poder de definir e de fazer as definições pegarem. Assim, tudo que se autodefine ou que escapa a definição

assistida pelo poder, passa a ser subversivo. Desse modo, pode-se dizer que a conduta sexual entre indivíduos do mesmo sexo recebe uma classificação, porém, em termos etimológicos, talvez escape pelo viés da ambigüidade da sua prática “ativa”/“passiva”, uma vez que, a homossexualidade oscila entre o físico, o psíquico e o relacional, e não se sabe exatamente a sua origem.

A sexualidade não se explica pela própria sexualidade, nem pela biologia, e sim, pela sua construção social (BOZON, 2004). Sua natureza é plástica e bissexual, portanto, o interesse sexual exclusivo dos homens pelas mulheres exige, de alguma forma, esclarecimento, bem como a heterossexualidade exclusiva consiste numa restrição à sexualidade (FREUD, 1905-1989; CUCCHIARI, 1996). Assim como, “nenhuma bicha jamais poderá dizer com certeza ‘eu sou bicha’”(grifo do autor). (DELEUZE, 2004, p. 21). Nesta perspectiva, nenhuma sexualidade pode ser estanque ou definitiva. Seffner (2003) entende que a sociedade se auto-representa efetivamente como heterossexual, e reserva para este tipo de orientação a maioria dos privilégios. Resta questionar se “a heterossexualidade é tida como normal porque é majoritária, ou, visto por outro ângulo, a heterossexualidade é majoritária porque é considerada normal?” (SEFFNER, 2003, p.107).

Para Foucault (1979), cada sociedade tem seu regime de verdade, os tipos de discursos que escolhe e os fazem funcionar como verdadeiros. Elas criam suas regras e determinam os comportamentos e ações, o que pode e o que não é permitido. Foucault (idem) compreende que o poder produz o saber, e que assim é possível construir um saber sobre o corpo, mediante um conjunto de disciplinas, formidável instrumento de controle e de poder sobre o discurso da verdade. Entre essas verdades construídas, segundo Tisseron (2002), está a da “complementaridade do homem e da mulher” que, alimentou atitudes perigosas e segregadoras em todo século XX.

A categoria gênero se refere às distinções baseadas no sexo, e a identidade de gênero às formas variadas de vivenciar a masculinidade ou a feminilidade. Logo, a cultura dita a maneira como se deve lidar com os prazeres e desejos sexuais, porém as identidades sexuais estão relacionadas aos diversos arranjos que se põem em prática nos jogos sexuais. (LOURO, 2000). A identidade e a diferenciação são criações sociais e culturais. A identidade é relacional, e o poder de definir e de marcar a diferença envolve questões mais amplas de recursos simbólicos preestabelecidos e exigidos pelas sociedades para separar os gêneros. O que representa ser homem ou mulher, os comportamentos que inserem numa estereotipagem um e outro, e não o que se supõe, de fato, ser a “essência” do indivíduo. Por conseguinte, uma vez que existe identidade e diferença, está presente o poder que define quem deve ser incluído ou excluído (WOODWARD, 2005; SILVA, 2005). No âmbito dessas discussões, pode se considerar que a identidade não é inata, indivíduos de mesmo gênero, a exemplo do masculino, podem se construir nas diversas identidades heterossexual, bissexual, homossexual e outras.

Berger e Luckmann (1997, p.110) afirmam que “... as diversas sociedades deixam maior ou menor espaço para as ações não institucionalizadas”. Esta observação vem ao encontro do que Derrida (2004) chama de *différance* (diferença), o que não é fixo ou todo completo, de modo que existe sempre alguma chance de “deslizamento”. Então, o deslizamento seria tolerado? Em várias culturas, e também no Brasil, os homens com papel “ativo” na relação sexual com outro homem não são taxados de homossexuais, e isso não afeta sua identidade masculina (BOZON, 2004). O “ativo” está associado ao macho penetrador, independente do seu objeto, uma vez que esta “atividade” não contrária à masculinidade institucionalizada. Contudo, diferente da Grécia antiga, uma vez que essa prática da sexualidade ocorre no “invisível” da clandestinidade.

Entretanto, se esse deslizamento se dá por inteiro, a exemplo da conduta homossexual com “visibilidade do estigma”, não é legitimado, e o indivíduo se torna forasteiro (*outsider*), condição que, segundo Woodward (2005), é atribuída a todo que transgride. Goffman (1985) diz que o estigma é interpretado, pelo senso comum, como inferioridade de caráter ou fraqueza moral. Quando o estigma é conhecido ou, de imediato, reconhecido, as pessoas se afastam do estigmatizado, não mais o percebem com alguma qualidade, e esse cidadão passa a ser descreditado.

A homossexualidade é uma prática sexual combatida, barrada e desqualificada (FOUCAULT, 1979), sua rejeição, a exemplo da visibilidade, talvez se deva ao seu total deslizamento do controle e da disciplina dos mecanismos sociais. Afinal, a teoria cultural ressalta que confundir a suposta estabilidade e a fixação de identidade, ou seja, a hibridação, de alguma forma, afeta o poder (SILVA, 2005). Talvez, aí esteja a complacência da sociedade em relação às ações discriminativas que pululam nos meios de comunicação, em entretenimentos politicamente incorretos, que fomentam o escárnio da imagem caricata do *ser gay*.

O padrão tradicional que tipifica a “essência” masculina não admite incertezas, na melhor das hipóteses, a incerteza e desconforto; na pior, um potencial de perigo. Não obstante, produzir confusão e sustentar alguma dúvida pode significar pôr sob suspeita a orientação heterossexual masculina (GIFFIN e CAVALCANTI *apud* SEFFNER, 2003). Por conseguinte, como afirmam Berger e Luckmann (1997), a função da legitimação é tornar objetiva e acessível, subjetiva e plausível as objetivações de “primeira ordem” - certamente a heterossexualidade (grifo nosso) -, institucionalizadas. O que lhe dá dignidade normativa a seus imperativos práticos, não apenas no que o indivíduo deve ou não realizar, mas, também que as coisas são o que são, quer dizer, inalteráveis, e, além disso, inquestionáveis.

Baudrillard (2001, p. 21), “o masculino sempre foi apenas residual, uma formação secundária e frágil que é preciso defender à força de supressões, de instituições e de artifícios”. Na maioria das culturas, e não é por acaso, o comportamento reforçado como adequado ao masculino é constituído de manobras de temor ao feminino, que os instigam a demonstrar, comprovar e reafirmar a virilidade para provar sua macheza. (AMENO, 1999; BORIS, 2002;

SEFFNER, 2003). Enfim, a construção da masculinidade não se dá em relação ao feminino, mas, em contraponto à homossexualidade (GIKOVATE, 1989).

Diferente de Beauvoir (s/d), para quem o ser feminino não é, necessariamente mulher, mas torna-se. Rousseau acredita que “o macho só é macho em certos momentos, a fêmea é fêmea durante toda vida, pelos menos durante toda a sua juventude” (ROUSSEAU *apud* BORIS, 2002, p. 21). O indicativo dessas temporalidades não é explicado, mas, no entanto, não deixa de contemplar a noção da masculinidade como resultado de uma construção vulnerável ou inacabada, a que se refere Baudrillard.

Para Berger e Luckmann (1997), as instituições incorporam-se à experiência do sujeito por meio de papéis, que, ao interiorizá-los, tornam-se subjetivamente real para ele. Assim, para esse imaginário, “o indivíduo socializado com pleno sucesso é incapaz de funcionar socialmente com o objeto sexual ‘impróprio’...” (BERGER e LUCKMANN, 1997, p.238). Em outras palavras, se o homem acolheu, de fato, esses ensinamentos, não tem como, conforme esta ideologia, despertar desejo por outro objeto sexual diferente do sexo oposto, para o qual foi “programado”.

A suspeita ou a certeza da sexualidade divergente, ou seja, homoerótica, do ator social o coloca no lugar de “estranho” ou “forasteiro” (*outsider*), fora ou distante dos “íntimos” ou “locais” (*insiders*). (WOODWARD, 2005). Os “íntimos” estão dentro das muralhas das instituições, protegidos pela legitimação das suas ações, uma vez que, conviver com o diferente, a exemplo do homossexual visível, corre-se o risco de se estranheirar, isto é, torna-se *gay*. Na compreensão de Berger e Luckmann (1997), o aniquilamento usa de mecanismo semelhante para liquidar tudo que está fora do seu universo, e que as concepções transviadas não recebem simplesmente um *status* negativo, são atacadas teoricamente, e *de fato* (grifo nosso) em detalhes.

As funções anal: excreção (heterossexual), e excreção e prazer sexual (homossexual “passivo”)

O ânus é um órgão que, para o heterossexual, deve ter unicamente a função excretória, e que, junto à vigilância de não se efeminar, compõe as obrigações fundantes do masculino. Desde tenra idade, são estas pré-condições que fazem o menino, na sua identidade de gênero, perceber-se diferente e superior ao homossexual “passivo” e a mulher. Tomando por base estas ilustrações, pode-se deduzir que o homossexual “passivo” é aquele sujeito que subverte essa ordem, e elege o ânus, além da sua função fisiológica, como fonte de erotismo e gozo sexual. E, ainda fere um outro princípio masculino, por não apresentar atributos masculinos e desejo sexual pelo sexo oposto, que enfatizam o homem viril. Do contrário, ele manifesta trejeitos e maneirismos que são típicos do feminino, ou seja, ele se efemina.

Talvez, a questão da virgindade anal associada à masculinidade seja um tabu mundial. No entanto, parece mais acentuado nos países de cultura machista a exemplo do Brasil. Em 1973⁵, a

Associação Americana de Psiquiatria (APA) decidiu oficialmente que a homossexualidade não é doença, e a Organização Mundial de Saúde (OMS), em 1993, retirou o homoerotismo da categoria dos transtornos mentais. Mas, essa empreitada sugere ter surtido pouco efeito prático, de modo que, mesmo neste início do século XXI, era da inclusão e da diversidade, ainda perdura o ranço homofóbico.

A conduta “passiva” também norteia as práticas sexuais dos bissexuais e entendidos - indivíduos que, em geral, apresentam características marcadamente masculinas -, mas não de maneira exclusiva. O que diferencia o homossexual “passivo” é, de algum modo, a sua suposta preferência e frequência de ser penetrado no coito homoerótico e, sobretudo, os trejeitos. Segundo Green (2000), por causa disto, é taxado de “viado” ou “bicha” (pederasta passivo). Este termo seria uma adaptação aportuguesada do francês *biche* (corça), feminino do veado; e àquele, em razão da percepção popular ter associado ao bicho veado, por considerar esse animal, como o mais frágil, delicado, e efeminado da fauna (PARKER, 1991).

A despeito de que, informa a Cartilha ABC dos Gays (1996), que é somente no Brasil que existe esta associação entre o veado e o homossexual. Na Europa, por exemplo, este cervídeo representa a masculinidade, e é símbolo nacional de alguns países. Se por um lado, quando não atribuem ao homossexual “passivo” à condição animalesca, por outro, ao tratá-lo como gente, o remete a um patamar inferior ao feminino da mulher (SEFFNER, 2003). Enfim, pesa sobre o homem que, no ato sexual, é penetrado, o estigma da virilidade perdida (TREVISAN, 2002), mas não necessariamente, desde que não apresente a visibilidade do estigma ou efeminação. Em outras palavras, prevalece a impressão de ser tolerado que o sujeito se comporte “passivo”, não havendo nada de extraordinário nisso. Porém, se ele torna evidente essa preferência, por meio da visibilidade, estará instigando um mal estar no seu entorno, portanto terá que arcar por essa transgressão (SILVA, 1999). Parece pertinente perguntar o que promove o social a infligir essa desvalorização no sujeito que apresenta esse signo?

A tentativa de atenuar o preconceito e a homofobia, por meio da suavização de termos que fazem referências ao homossexual, se mostra ineficaz. O termo *gay*, que, literalmente, significa felicidade e alegria, surgiu em 1960, nos Estados Unidos e na Europa, e teve como objetivo substituir a denominação médico-legal “homossexual”, que está associada à patologia e ao crime. Mas, no Brasil, terminou por incorporar o mesmo sentido pejorativo de “bicha” e “viado” (LIMA, 1995). Para BUTLER (2003), o *gay* é para o heterossexual o que uma cópia é para uma cópia, e não uma cópia deste. No entanto, ele não pode assumir a posição de sujeito falante no interior do sistema lingüístico das sociedades heterossexista. Pode-se dizer que também, na maioria das vezes, na sua existência social.

A pós-modernidade é tipicamente a cultura da emancipação individual estendida a todas as idades e sexo (LIPOVETSKY, 2005), todavia, esta mudança liberal ainda suscita o arcaico, a exemplo do uso ânus como órgão sexual de prazer que, para o homem está vetado, uma vez que, essa modalidade erógena e sexual, está fortemente vinculada à conduta homossexual, no caso,

“passiva”, e a visibilidade do estigma, ambos socialmente condenados. O homem para ser macho tem que, no uso do seu corpo, recorrer unicamente ao seu pênis como instrumento e meio de prazer, para que não deslize para a sexualidade do “diferente”.

Esse “diferente”, ou seja, o sujeito homossexual com “visibilidade do estigma” (GOFFMAN, 1988), “desterritorializado” (GUATARRI, 1992), consiste numa ameaça, e pode ser chamado de “forasteiro” ou “estrangeiro” (WOODWARD, 2005). Bauman (1999) prefere denominá-lo de “estranho” que, no seu entender, não é um recém-chegado, temporariamente deslocado, mas, um eterno nômade errante e sem esperança de “chegar”, que se situa entre a ordem e o caos, dentro e fora. Este ponto de vista, é corroborado por Trevisan (2002) quando diz que o homossexual, na realidade, parece colocar a masculinidade em questão, e a denuncia como insustentável, (ele) é um instaurador de dúvida que abre espaço para o diferente. Desse modo, se constitui num signo de contradição para a normalidade, um desejo, um devir como afirmação de uma identidade itinerante. Enfim, o homossexual é esse “estranho” que não “chega” nunca, e que desassossega o social por não fixar-se, e assim, potencialmente, pode transitar entre os pólos extremos do masculino e do feminino.

Embora a orientação sexual seja uma construção subjetiva, no entanto, ainda nos dias de hoje, para se definir o que é ser homem utiliza-se como critério a questão do gênero masculino, toma-se como base o aspecto biológico (BORIS, 2002). Talvez, porque as sociedades precisem de um verdadeiro sexo, bem definido, sem ambigüidade que não remeta às incertezas, e que, assim, não se traduza em complicações sociais (FOUCAULT, 1985, 1990). Ao contrário do homossexual, a conduta heterossexual não questiona as “certezas” postas, ela está plenamente harmonizada com as demandas da “normalidade”.

O revolucínário: um aspecto do homoerotismo até então não identificado

Segundo um levantamento bibliográfico, pode-se constatar que não existem pesquisas que se ocupem, especificamente, da questão homossexual “passiva”, como se evitassem adentrar essa subjetividade. A discriminação do “passivo” e/ou efeminado de tão corriqueira naturalizou-se nos cotidianos das sociedades, de tal maneira que parece até dissonante questioná-la.

Assim, não ter uma “identidade”, é o mesmo que não existir para o Estado, é ser excluído na sua totalidade (grifo do autor). (CAMPO *apud* SEFFNER, 2003). Porém, ter uma identidade estigmatizada, sob o repúdio público sutil ou explicitado, a exemplo do homossexual visível, parece tal qual desconcertante para o indivíduo que assim se apresenta com esse signo.

Neste sentido, Silva (2005) compreende signo como um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de outra coisa. O signo não carrega sempre apenas traços daquilo que substitui, mas

também do que ele não é, ou seja, precisamente da diferença. A dicotomia é um dos meios do significado ser fixado e produzir por meio desse processo de diferimento ou adiamento. Talvez, não seja a questão do bissexual e do entendido (homossexual “ativo”) de serem tolerados, mas, porque deslizam como heterossexuais, protegidos pela “fachada”. Esta consiste num tipo de equipamento expressivo padronizado e intencional ou inconsciente empregado pelo indivíduo nas suas representações (GOFFMAN, 1985), ou seja, nos ambientes, nas situações em que ele tenha que se fazer presente na condição de homem “normal”, faz uso desse artifício.

Para Deleuze (2004), os interesses somente serão revolucionários, quando desejo e máquina não se tornarem únicas, e se voltarem contra os chamados dados naturais da sociedade capitalista. Com base nesse autor, pode se pensar em que o comportamento homossexual assumido ou com “visibilidade do estigma” concretiza-se como um tipo específico de revolução. Uma vez que esse indivíduo pode negar essa condição ou passar incólume com a “fachada” de heterossexual. Não é uma atitude anárquica desnudar o próprio desejo proibido perante “olhar público”, contrariando as vertentes biológica, social, cultural e outras, com todos os riscos em que isto implica? Nesse sentido, certamente, não se constitui numa tarefa fácil renunciar a uma representação de si com qualidades extraordinárias e promessas grandiosas que, durante anos, lhes serviram de modelo (NOLASCO, 1986).

Enfim, se a homossexualidade não é patológica - como os órgãos internacionais de saúde, a exemplo da Associação Americana de Psiquiatria (APA) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), assim, a avaliza -, mas também não parece tão simples que ela “chegue” ao algum “lugar” dignificante neste universo de predominância heterossexista. Então, não parece uma atitude revolucionária que, à revelia de que a homossexualidade se constitua em normalidade ou em perversão, aberração e outros, a disposição homossexual de autorevelar-se “passivo”, mediante todo *mise en scène* que compõe essa visibilidade? Assim sendo, frustra, antes de qualquer outro segmento social, a expectativa da família, e desafia com esta sua oposição toda uma construção “programada” a respeito de si mesmo, do que seria um devir de homem heterossexual/macho.

Em síntese, mesmo considerando que nenhuma identidade sexual seja definitivamente cristalizada, o homossexual “passivo” tenta, de maneira revolucionária, impor sua singularidade e, assim sendo, consciente ou inconsciente reivindica e/ou legitima o direito social de Ser diferente da maioria, sem subterfúgio, independente de quaisquer convenções e expectativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da institucionalização da “subjetividade capitalista”(GUATTARI, 1993), é pertinente perguntar se existe espaço social para a convivência das diversidades identitárias com suas respectivas singularidades? Segundo Lipovetsky (2000, pp. 28-29) “as ambições mais radicais preconizam a destruição dos estereótipos de sexo, a abolição da ‘prisão do gênero` que esmaga as individualidades por meio das definições artificiais da masculinidade e da feminidade(sic)”.

Assim, ousar aprofundar-se uma pouco mais, trazer à tona aspectos novos para as discussões, e melhor compreensão das manobras institucionais e culturais que fomentam a discriminação no imaginário do senso comum, deve ser, de algum modo, um compromisso acadêmico. Do contrário, estudos e pesquisas repetirão conclusões já dessiminadas, ao passo que grupos minoritários se mantêm refém da sua condição marginalizada.

Finalmente, espera-se que este estudo possa, de alguma maneira, contribuir para o desdobramento dos diversos vieses sociais que sedimentam a homofobia, e, como consequência, a intolerância à homossexualidade e ao homossexual “passivo” com visibilidade.

NOTAS

¹ Técnico da Seleção de Portugal, *Época*, n.416, 8 de Maio de 2006.

² Amostra: Michês (07 - sete sujeitos), cuja relação sexual com o cliente, é intermediada pelo interesse financeiro. Faixa etária média: 19,8 anos de idade; e Não-Michês (07 - sete sujeitos), cuja relação com o parceiro, é intermediada pela troca afetiva/sexual, mas não necessariamente. Faixa etária média: 31 anos de idade.

³ Grifo nosso. Levando-se em consideração que essa dicotomia consiste numa relação de poder e que, a depender do ângulo de referência, o passivo é também ativo, e vice-versa. Por este motivo, é preferível o uso destes termos aspados.

⁴ Há controvérsias sobre a profissão, sobrenome e nacionalidade de Benkert, para Green (2000) ele era um escritor vienense, e para Mott (2003) Benkert, era o jornalista e advogado Kertbeny, que usava o pseudônimo de Dr. Benkert. O único dado que coincide é o ano, 1869.

⁵ Bozon (2004, p. 54) se refere ao ano de 1974.

REFERÊNCIAS

- Ameno, Agenita. (1999). A função social dos amantes: na preservação do casamento monogâmico. (3a ed). Belo Horizonte: Autêntica.
- Baudrillard, Jean. (2001). Da sedução. (4a ed). Campinas, São Paulo: Papirus.
- Bauman, Zygmunt. (1999). Modernidade e Ambivalência. Rio de Janeiro: Zahar.
- Beauvoir, Simone de. (s/d). O segundo sexo. v. 1 - Fatos e mitos. (12a ed). Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Berger, P. L. & Luckmann, T. (1997). A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. (14a ed). Petrópolis: Vozes.
- Bíblia Sagrada, N.T. Levítico. (1993). (2a ed). São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, Cap. 20, p. 113.
- Boris, G. D. J. Bloc. (2002). Falas de homens: a construção da subjetividade masculina. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult.
- Bozon, Michel. (2004). Sociologia da sexualidade. Rio de Janeiro: Ed. FGV.
- Butler, Judith. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Catonné, Jean-Philippe. (2001). A sexualidade ontem e hoje. (2a ed). São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época, Vol. 40).
- Costa, Jurandir Freire. (1995). A face e o verso; estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta.
- Cucchiari, Salvatore. (1996). La revolución de género y la transición de la horda bissexual a banda patrilocal; los orígenes de la jerarquía de género. In LAMAS, M. (Org.). *El género: la construcción cultural de la diferencia sexual*. México: PUEG.
- Deleuze, Gilles. (2004). Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34.
- Derrida, Jacques. (2004). *Gramatologia*. (2a ed). São Paulo: Perspectiva.

Dover, Kenneth Jones. (1994). A homossexualidade na Grécia antiga. São Paulo: Nova Alexandria.

Foucault, Michel. (1979). Microfísica do poder. (11a ed). Rio de Janeiro: Graal.

Foucault, Michel. (1985). História da sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro Graal.

Foucault, Michel. (1990). História da sexualidade 2: uso dos prazeres. Rio de Janeiro Graal.

Foucault, Michel. (1993). Vigiar e punir: histórias da violência nas prisões. (2a ed). Petrópolis: Vozes.

Freud, Sigmund. (1989). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, Vol. 7). (2a ed). Rio de Janeiro: Imago. (Originalmente publicado em 1905).

Gikovate, Flávio. (1989). Homem: o sexo frágil. (5a ed). São Paulo: MG.

Goffman, Erving. (1985). A representação do eu na vida cotidiana. (3a ed). Petrópolis: Vozes.

Goffman, Erving.(1988). Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. (4a ed). Rio de Janeiro: Koogan.

Green, James N. (2000). Além do carnaval: a homossexualidade no Brasil do século XX. São Paulo: Ed. UNESP.

Grupo Gay Da Bahia. (1996). Cartilha Abc dos gays. (2a ed). Salvador.

Guattari, Félix & Rolnik, Suely. (1993). Micropolítica: cartografias do desejo. (3a ed). Petrópolis-RJ: Vozes.

Latour, Bruno. (2005). Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Ed. 34.

Lima, S. Ramos. (1995). Uma pedra na calçada: homossexualidade e AIDS na Paraíba. Dissertação Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Paraíba. (Texto digitado).

Lipovetsky, Gilles. (2000). A terceira mulher: permanência e evolução do feminino. São Paulo: Companhia das Letras.

Lipovetsky, Gilles. (2005). A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Barueri-SP: Manole.

Louro, G. L. (2000). Corpo, escola e identidade. Revista Educação e Realidade. Porto Alegre, Vol. 25, n.2, jul/dez.

Mott, Luiz. (2003). Crônicas de um gay assumido. Rio de Janeiro: Record.

Nolasco, Sócrates. (1986). O mito da masculinidade. Rio de Janeiro: Rocco.

Parker, Richard G. (1991). Corpos, Prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. (2a ed). São Paulo: Best Seller.

Seffner, Fernando. (2003). Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre. (Texto digitado).

Silva, Valdeci G. da. (1999). Faca de Dois Gumes: percepções da bissexualidade masculina em João Pessoa. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba. (Texto digitado).

Silva, Tomas Tadeu da. (2005). A produção social da identidade e da diferença. In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes.

Sullivan, Andrew. (1996). Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia da Letras.

Tisseron, Serge. (2002). Rivalidade e cumplicidade entre os sexos. A rivalidade, por que? Revista de Psicanálise. Ano XV, n. 161, set.

Trevisan, João Silvério. (2002). Devassos no Paraíso. (5a ed). Rio de Janeiro: Record.

Woodward, Kathryn. (2005). Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. (4a ed). In SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.) *Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis-RJ: Vozes. Junho de 2007.